

AS MARCAS DA INFÂNCIA E A CONSTITUIÇÃO DA IDENTIDADE: um estudo à luz da Teoria Histórico-Cultural de Vygotsky¹

THE MARKS OF CHILDHOOD AND THE CONSTITUTION OF IDENTITY: a
study in the light of Vygotsky's Historical-Cultural Theory

Larissa Calil Cunha Palmeira²

Natália Barros da Silva Correia³

Douglas Gomes da Silva⁴

RESUMO

O presente estudo analisa como as vivências infantis contribuem para a constituição da identidade na perspectiva da Teoria Histórico-Cultural de Lev S. Vygotsky. Parte-se do pressuposto de que o desenvolvimento humano é um processo histórico, social e mediado, no qual a criança internaliza signos, sentidos e significados produzidos culturalmente. A pesquisa, de natureza qualitativa e teórico-bibliográfica, fundamenta-se em obras clássicas de Vygotsky (2022; 2007), Leontiev (2004) e Luria (1986), bem como em estudos contemporâneos de Kramer (2003), Smolka (2000), Rego (2012), Oliveira (2021), Tuleski (2004), Bronfenbrenner (2011), Freire (2019) e Silva e Freitas (2024). Os resultados apontam que as experiências infantis, especialmente as mediadas pela linguagem e pelas interações sociais, constituem o núcleo formador da subjetividade e influenciam o modo como o indivíduo compreende a si mesmo e ao outro. Evidencia-se que contextos afetivos dialógicos favorecem a formação de identidades mais autônomas, enquanto ambientes marcados por negligência simbólica tendem a limitar a consciência de si. Conclui-se que a infância permanece ativa na estrutura psicológica do adulto, sendo continuamente reelaborada nas interações sociais ao longo da vida.

Palavras-chave: infância; identidade; mediação simbólica; subjetividade; teoria histórico-cultural.

ABSTRACT

This study analyzes how childhood experiences contribute to the constitution of identity based on Lev S. Vygotsky's Historical-Cultural Theory. It assumes that human development is a historical, social, and mediated process in which the child

¹ Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Inhumas FacMais, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Psicologia, no segundo semestre de 2025.

² Acadêmica do 10º Período do curso de Psicologia pelo Centro Universitário Mais de Inhumas. E-mail: larissa@aluno.facmais.edu.br nataliabarros@aluno.facmais.edu.br.

³ Acadêmico(a) do 10º Período do curso de Psicologia pelo Centro Universitário Mais de Inhumas. E-mail: aluno@email.br

⁴ Professor-Orientador. Mestre em Educação. Docente do Centro Universitário Mais de Inhumas. E-mail: douglasgomes@facmais.edu.br

internalizes culturally produced signs and meanings. The research, qualitative and theoretical-bibliographic in nature, is grounded in classical works by Vygotsky (2022; 2007), Leontiev (2004), and Luria (1986), as well as contemporary studies by Kramer (2003), Smolka (2000), Rego (2012), Oliveira (2021), Tuleski (2004), Bronfenbrenner (2011), Freire (2019), and Silva and Freitas (2024). The results show that childhood experiences, especially those mediated by language and social interaction, constitute the core of subjectivity and shape how individuals perceive themselves and others. Affective and dialogical environments foster more autonomous identities, whereas contexts marked by symbolic neglect tend to limit the development of self-awareness. It is concluded that childhood remains active within the adult psychological structure, being continuously re-elaborated throughout new social interactions.

Keywords: childhood; identity; symbolic mediation; subjectivity; historical-cultural theory.

1 INTRODUÇÃO

A infância constitui um período formador e decisivo no desenvolvimento humano, caracterizando-se como o momento em que o sujeito inicia sua inserção ativa no universo cultural. Na perspectiva histórico-cultural de Lev S. Vygotsky⁵ (1896 – 1934), o desenvolvimento não resulta apenas de fatores biológicos, mas configura-se como um processo mediado por instrumentos simbólicos, especialmente a linguagem, e pelas relações sociais historicamente situadas. Assim, as vivências infantis não se reduzem a registros passivos de experiências, mas representam momentos de reorganização interna e de transformação qualitativa das capacidades cognitivas, afetivas e relacionais do sujeito.

Diferentemente das concepções reducionistas de aprendizagem baseadas em estímulo e resposta, a teoria vigotskiana compreende o desenvolvimento como um processo mediado e social em sua essência. As experiências vividas na infância participam ativamente da constituição do modo de pensar, sentir e agir do indivíduo ao longo da vida, uma vez que se formam e se reelaboram nas interações simbólicas estabelecidas com o outro.

Vygotsky (2007) afirma que o desenvolvimento humano se dá pela internalização de práticas culturais mediadas pela linguagem, instrumento psíquico fundamental na formação da consciência. O conceito de Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP), central em sua teoria, permite compreender como as experiências mediadas por adultos ou pares mais experientes impulsionam o desenvolvimento para além do nível atual de funcionamento do sujeito. Segundo o autor, “a zona de desenvolvimento proximal é a distância entre o nível de desenvolvimento real, determinado pela capacidade de resolver independentemente um problema, e o nível de desenvolvimento potencial, determinado através da resolução de um problema sob a orientação de um adulto ou em colaboração com companheiros mais capazes” (Vigotski, 2022, p. 97).

A presença do outro, portanto, é condição constitutiva do desenvolvimento. As marcas da infância não se configuram como simples traços de memória, mas

⁵ Neste estudo, as grafias *Vigotski* e *Vygotsky* são utilizadas conforme constam nas referências originais consultadas. A variação decorre das diferentes transliterações do nome russo *Лев Семёнович Выготский* (Lev Semiónovitch Vigotski) adotadas pelos tradutores das obras.

como resultados da apropriação ativa de signos e instrumentos culturais que moldam a consciência. Como afirmam Silva e Freitas (2024), o desenvolvimento é individual em sua expressão, mas essencialmente coletivo em sua origem.

Nesse sentido, este estudo propõe analisar de que maneira os contextos sociais, as práticas educativas, as relações afetivas e os discursos vivenciados na infância deixam marcas profundas na constituição do sujeito adulto, não como determinantes fixos, mas como elementos ativos na trajetória do desenvolvimento humano. A pesquisa dialoga com categorias centrais da Teoria Histórico-Cultural, mediação, internalização, linguagem, subjetividade e ZDP, para compreender como a infância permanece viva na estrutura psicológica do adulto, sendo continuamente reelaborada em novas experiências.

A concepção vigotskiana de desenvolvimento é complementada por outros autores que enfatizam a dimensão social e cultural da formação humana. Leontiev (2004) salienta que é na atividade socialmente orientada que se forma a consciência; e Bronfenbrenner (2011) amplia essa visão ao afirmar que o desenvolvimento resulta de processos recíprocos entre a criança e os múltiplos contextos em que está inserida.

Compreender essa relação é essencial para repensar o olhar clínico e educacional sobre comportamentos considerados desadaptativos ou padrões emocionais disfuncionais, frequentemente enraizados em experiências infantis de ausência de diálogo, negligência simbólica ou relações assimétricas. A Psicologia histórico-cultural oferece, assim, uma chave teórica para compreender a constituição do sujeito como produto e produtor das relações sociais e simbólicas.

Investigar as experiências da infância permite não apenas compreender o adulto em sua complexidade, mas também propor caminhos para o autoconhecimento e para a promoção da saúde mental, a partir da reconstrução consciente das experiências internalizadas. Sob essa perspectiva, o estudo justifica-se por seu potencial de contribuir para a compreensão dos determinantes históricos, culturais e intersubjetivos do comportamento humano, favorecendo práticas clínicas, educativas e preventivas.

Ao abordar o desenvolvimento infantil, Vigotski (1997, p. 47) ressalta que “o defeito não é apenas uma limitação, mas também uma possibilidade de desenvolvimento, pois obriga a criança a recorrer a formas compensatórias de adaptação e a utilizar outros caminhos para atingir o mesmo resultado”. Tal afirmação rompe com a visão patologizante da infância marcada por dificuldades e propõe uma abordagem dinâmica, em que o sujeito se desenvolve por meio da mediação do outro e da utilização de ferramentas culturais.

Assim, o meio social não é apenas o cenário onde o sujeito se desenvolve, mas o próprio elemento constitutivo da consciência, da linguagem e da identidade (Luria, 1986; Leontiev, 2004; Rego, 2012; Oliveira, 2021; Vigotski, 2022; Silva, Freitas, 2024). A identidade, por sua vez, é compreendida como uma construção histórica e relacional, forjada na interação simbólica com familiares, educadores, colegas e instituições. Conforme observa Smolka (2000), as palavras dos outros nos constituem: ao nomear, o outro nos significa, e essas significações passam a integrar o modo como nos reconhecemos.

Compreender que o meio participa da constituição da identidade permite ao educador e ao psicólogo olhar para o sujeito em sua totalidade, reconhecendo que comportamentos e crenças refletem experiências socialmente vividas. Rego (2012) destaca que esse olhar deve abranger os contextos culturais que formam o indivíduo, e Freire (2019) lembra que a formação humana se dá no diálogo com o

mundo. Intervir, portanto, implica criar novas mediações, ambientes acolhedores e práticas dialógicas que favoreçam a reconstrução da identidade e o desenvolvimento pleno do sujeito.

A partir dessa discussão, formula-se a seguinte questão de pesquisa: De que forma o meio pode influenciar a construção e o desenvolvimento da identidade do indivíduo?

O objetivo geral consiste em evidenciar como as vivências infantis, mediadas pelas interações sociais e culturais, moldam a identidade adulta e influenciam o processo de autoconhecimento na perspectiva histórico-cultural de Vigotski. Desdobram-se os seguintes objetivos específicos: i) investigar como as vivências infantis internalizadas influenciam os processos de autoconhecimento e de organização subjetiva; ii) compreender de que modo as experiências infantis, especialmente as interpessoais, contribuem para a formação da consciência de si e da identidade adulta; iii) analisar os fundamentos da Teoria Histórico-Cultural relativos ao papel das interações sociais e da mediação simbólica na constituição da identidade.

Pressupõe-se, portanto, que contextos socioculturais que favorecem o diálogo, a mediação e o reconhecimento contribuem para a formação de identidades mais autônomas e integradas, enquanto contextos empobrecidos em interações mediadoras limitam o desenvolvimento da consciência de si e dos outros.

2 A INFÂNCIA COMO FUNDAMENTO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO

A presente seção tem caráter teórico e dedica-se à análise dos fundamentos da Teoria Histórico-Cultural aplicados à compreensão da infância como etapa formadora do desenvolvimento humano. Por tratar-se de um tema de ampla densidade conceitual, optou-se por organizá-la em subtópicos que abordam, de modo articulado, os principais eixos dessa teoria: a constituição histórica e social da infância, a formação da identidade, o papel da linguagem e da mediação simbólica, a função da Zona de Desenvolvimento Proximal, a permanência das marcas infantis na subjetividade adulta e a relevância das relações afetivas e do contexto social.

Essa estrutura visa assegurar clareza expositiva e coerência analítica, permitindo compreender a infância não como fase biológica isolada, mas como categoria histórico-cultural que fundamenta a formação da consciência, da personalidade e da identidade humana.

2.1 A Infância e o Processo de Formação Humana

A infância é um período fundamental para o desenvolvimento humano, pois é nesse estágio que o sujeito começa a construir suas primeiras formas de interação com o mundo e consigo mesmo. Longe de ser uma etapa apenas biológica ou cronológica, a infância representa uma fase simbólica e relacional, em que as vivências sociais, afetivas e culturais estruturam as bases da personalidade e da consciência.

Para Vigotski (2022), o aprendizado humano tem natureza social e é por meio das interações com o outro que a criança se insere na vida intelectual e cultural. Nessa mesma direção, Kramer (2003) compreende a infância como uma construção social e histórica, marcada pelos modos de viver e significar o mundo; Rego (2012) enfatiza que as relações sociais constituem o espaço de emergência das funções psicológicas superiores; e Oliveira (2021) aponta que, na interação com o meio, a

criança internaliza significados culturais que formam as bases do pensamento simbólico.

Sob a ótica da Teoria Histórico-Cultural de Vygotsky (2007), o desenvolvimento humano ocorre por meio das interações sociais mediadas, nas quais o sujeito internaliza os significados culturais compartilhados pelo grupo social. Assim, o que a criança vive em seu contexto familiar, escolar e comunitário não é apenas uma soma de experiências, mas um processo de constituição de sentidos que modela a forma como ela pensa, sente e age.

Vygotsky (2007, p. 112) afirma que “qualquer função no desenvolvimento cultural da criança aparece duas vezes: primeiro, no nível social, e depois, no nível individual; primeiro entre as pessoas, interpsicológica, e, depois, no interior da criança, intrapsicológica”. Isso significa que o aprendizado e o desenvolvimento não nascem de dentro para fora, mas se formam no contato com o outro, com o social, o histórico e o simbólico. Portanto, as vivências infantis não se limitam a momentos isolados: elas constituem processos de formação da consciência, das emoções e da identidade.

É por meio da convivência com figuras significativas, pais, educadores, colegas, que a criança aprende a lidar com o mundo, com os sentimentos e com as normas sociais, construindo, assim, sua subjetividade.

2.2 As Vivências Sociais e a Formação da Identidade

O meio social exerce influência direta sobre a construção da identidade, pois é nele que a criança aprende o que é ser e estar no mundo. A identidade, nesse contexto, é compreendida como uma construção histórico-social, resultante das experiências mediadas pelas relações interpessoais e pela linguagem. De acordo com Vygotsky (2007), o sujeito torna-se ele mesmo por meio dos outros, ou seja, é nas trocas simbólicas com o meio que ele constrói sua consciência de si. Cada gesto, palavra e interação contribui para formar representações internas sobre o eu e sobre o outro.

Em contextos familiares e escolares em que prevalecem o diálogo, o acolhimento e a escuta, a criança tem maiores oportunidades de desenvolver modos de relação mais autônomos e equilibrados. Por outro lado, vivências marcadas por rejeição, silêncio, violência ou negligência simbólica podem gerar marcas psíquicas profundas, que se manifestam posteriormente em dificuldades de interação, insegurança ou retraimento. Essas perspectivas, em diálogo com a teoria vigotskiana, demonstram que o desenvolvimento humano é simultaneamente afetivo, cognitivo e social, e que a infância constitui o espaço onde se formam as bases da subjetividade e da consciência crítica.

2.3 A Linguagem, a Mediação e a Consciência

Para Vygotsky (2007), a linguagem é o principal instrumento de mediação no desenvolvimento psicológico. É por meio dela que o sujeito organiza seus pensamentos, comunica suas emoções e compreende o mundo. Durante a infância, o contato com a fala do outro, com as palavras, os significados e as narrativas, permite à criança internalizar valores, crenças e modos de pensar que estruturam sua identidade. Assim, aprender a falar é, simultaneamente, aprender a pensar e a se reconhecer como sujeito, conforme destacam Silva e Freitas (2024).

A ausência de mediação simbólica adequada pode gerar lacunas no desenvolvimento cognitivo e emocional. Crianças que crescem em ambientes onde não há espaço para expressão, escuta ou diálogo podem apresentar dificuldades de simbolização, o que afeta sua capacidade de nomear sentimentos e elaborar conflitos internos. A teoria vigotskiana, portanto, aponta a linguagem como uma ponte entre o social e o psíquico: ela transforma as experiências vividas em significados, que são posteriormente internalizados e tornam-se parte da estrutura mental do sujeito (Silva; Freitas, 2024).

2.4 Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP) e o Papel do Outro

A ZDP, conceito central na teoria de Vigotski, descreve o espaço entre aquilo que a criança já é capaz de fazer sozinha e aquilo que pode realizar com o auxílio de um mediador mais experiente. Essa zona evidencia que o aprendizado é, antes de tudo, um processo social, que depende da qualidade das interações. O outro, seja o adulto, o professor, o cuidador ou o colega, desempenha papel fundamental ao orientar, incentivar e ampliar as potencialidades da criança. A presença de um mediador sensível e atento às necessidades infantis pode transformar a experiência em um momento de crescimento, favorecendo a formação de uma consciência autônoma e criativa.

Por outro lado, ambientes empobrecidos em mediação simbólica tendem a restringir o desenvolvimento, cristalizando comportamentos repetitivos e limitando a expressão subjetiva. Assim, a ZDP reforça que o desenvolvimento humano é resultado da interação entre o biológico, o social e o simbólico, sendo o outro o mediador essencial do processo de aprendizagem.

2.5 As Marcas da Infância e a Subjetividade Adulta

As marcas da infância não se limitam ao passado: elas permanecem vivas no modo como o sujeito adulto se relaciona, pensa e sente. As experiências internalizadas nesse período constituem o alicerce da subjetividade, entendida como o conjunto de sentidos e significados construídos pelo sujeito ao longo de sua trajetória. Na perspectiva histórico-cultural, cada experiência vivida é reelaborada internamente, integrando-se à estrutura psíquica e influenciando o modo como o indivíduo compreende a si mesmo e ao mundo.

Compreender as marcas da infância é, portanto, fundamental para práticas psicológicas e educativas que busquem promover o autoconhecimento e a saúde mental. Ao revisitar suas experiências infantis, o sujeito tem a oportunidade de ressignificar suas vivências, reconstruindo conscientemente sua própria história. A subjetividade, nessa perspectiva, é um processo dinâmico e histórico, permanentemente reelaborado nas novas interações sociais e mediado pelos signos culturais (Vigotski, 2022; Leontiev, 2004; Smolka, 2000; Rego, 2012; Oliveira, 2021; Silva, Freitas, 2024).

2.6 A Importância das Relações Afetivas e do Contexto Social

A teoria histórico-cultural enfatiza que o desenvolvimento humano é inseparável do contexto social e histórico. Nenhum sujeito se constitui isoladamente: todos somos produto e produtores de cultura. Assim, a infância deve ser compreendida como um espaço de trocas e aprendizagens simbólicas. Vigotski

(1997) afirma que o “defeito”, entendido como limitação ou desafio, pode se tornar um ponto de desenvolvimento, desde que mediado adequadamente. Essa visão rompe com a ideia de determinismo e reforça o potencial transformador das interações sociais.

O olhar do outro, a escuta e o reconhecimento são experiências que validam a existência da criança e fortalecem sua autoestima. Dessa forma, a qualidade das relações afetivas na infância é um dos fatores mais determinantes para o desenvolvimento equilibrado da personalidade e da consciência crítica. O desenvolvimento humano, portanto, é um processo dinâmico, histórico e mediado: as experiências sociais da infância, afetivas, cognitivas e simbólicas, moldam a estrutura psicológica do sujeito e influenciam diretamente a construção de sua identidade e subjetividade.

3 METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de natureza teórico-bibliográfica e com orientação interpretativo-dialética, fundamentando-se nos pressupostos da Teoria Histórico-Cultural de Lev S. Vigotski. De acordo com Gil (2008), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, principalmente livros e artigos científicos, e tem por finalidade analisar contribuições teóricas sobre determinado tema, possibilitando ao pesquisador interpretar criticamente os conhecimentos existentes. Essa abordagem qualitativa, de caráter teórico, possibilitou compreender o fenômeno estudado, o processo de formação da identidade a partir das vivências infantis, por meio da análise conceitual e crítica de produções que discutem o desenvolvimento humano em sua dimensão histórico-social.

A seleção das obras analisadas foi orientada por critérios de inclusão específicos, definidos a fim de assegurar a relevância científica, a atualidade e a credibilidade das fontes. Foram incluídos artigos científicos revisados por pares, publicados entre 2019 e 2025, redigidos em língua portuguesa, disponíveis em acesso aberto e localizados no Catálogo de Periódicos da CAPES. A escolha dessa base de dados justifica-se por sua abrangência e reconhecimento institucional, garantindo o acesso a produções qualificadas e validadas pela comunidade acadêmica.

Além das produções contemporâneas, foram incorporadas obras clássicas da Teoria Histórico-Cultural que, embora situadas fora do recorte temporal, constituem referências fundantes e indispensáveis à compreensão dos conceitos de mediação, linguagem, consciência, subjetividade e desenvolvimento humano. A inclusão de textos canônicos de Vygotsky (2022), Leontiev (2004) e Luria (1986), entre outros, assegurou a profundidade teórica e a fidelidade epistemológica da análise.

Foram excluídos os trabalhos que: (a) não se enquadraram no período temporal delimitado (exceto os clássicos mencionados); (b) não haviam passado por revisão por pares; (c) não estavam disponíveis em língua portuguesa ou em acesso aberto; e (d) não abordavam diretamente os eixos centrais da investigação, os fundamentos da Teoria Histórico-Cultural, a constituição da identidade nas vivências infantis e os processos de subjetivação mediados pela linguagem e pela cultura.

A análise do conteúdo foi conduzida por meio de leitura crítica, analítica e sistemática, orientada pela identificação das categorias teóricas que sustentam a compreensão do desenvolvimento da identidade sob a ótica vigotskiana. Cada obra foi examinada quanto à concepção de sujeito, ao papel do meio social, à função

mediadora da linguagem e às implicações dessas dimensões para a formação da consciência e da identidade.

Esse percurso metodológico possibilitou a construção de uma reflexão teórica consistente sobre o papel formativo das experiências infantis na constituição subjetiva do indivíduo, destacando os aspectos históricos, sociais e simbólicos que estruturam o desenvolvimento humano.

4 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico deste estudo fundamenta-se nos pressupostos da Teoria Histórico-Cultural, formulada por Lev S. Vygotsky (1896–1934) e desenvolvida por autores como Alexei N. Leontiev (1903–1979) e Alexander R. Luria (1902–1977), posteriormente ampliada por diversos pesquisadores brasileiros. Essa teoria compreende o desenvolvimento humano como um processo social, histórico e mediado, no qual o sujeito se forma na e pela atividade com o outro, apropriando-se dos significados culturais produzidos historicamente.

Segundo Vygotsky (2007), as funções psicológicas superiores, atenção voluntária, memória lógica, pensamento conceitual e linguagem, não emergem de fatores biológicos isolados, mas se constroem nas interações sociais mediadas por signos e instrumentos culturais. O autor afirma que “qualquer função no desenvolvimento cultural da criança aparece duas vezes: primeiro, no nível social, e depois, no nível individual” (Vygotsky, 2007, p. 112). Essa afirmação sintetiza a essência de sua teoria: o desenvolvimento é, antes de tudo, social em sua origem e cultural em sua forma.

Luria (1986) destaca que a linguagem é o sistema simbólico mais importante nesse processo, pois permite à criança transformar a experiência social em experiência pessoal, internalizando os significados construídos coletivamente. De modo complementar, Leontiev (2004) afirma que a consciência humana se constitui na atividade socialmente orientada, mediada por instrumentos materiais e simbólicos que refletem a história e a cultura. Assim, a unidade entre sujeito e meio social é condição fundamental para o desenvolvimento das funções psicológicas superiores.

Ao retomar esses fundamentos, Tuleski (2004) ressalta a importância de compreender a psicologia vigotskiana em sua matriz epistemológica marxista, evitando interpretações reducionistas. A autora enfatiza que “a teoria transladada para outro campo, sem considerar o contexto que a fez germinar, sofre um processo de assepsia neutralizadora” (Tuleski, 2004, p. 1). Essa advertência é essencial para preservar o caráter crítico e histórico da Teoria Histórico-Cultural, cuja finalidade é compreender o homem como ser social e produtor de sua própria consciência.

Rego (2012) e Oliveira (2021) reforçam que o desenvolvimento humano deve ser entendido como um processo de mediação simbólica, no qual o outro desempenha papel fundamental. A criança internaliza práticas, valores e modos de agir culturalmente elaborados, que se tornam parte de sua estrutura psicológica. Desse modo, o sujeito se forma na relação dialógica com o mundo, num movimento contínuo de objetivação e subjetivação.

A perspectiva histórico-cultural permite compreender a formação da identidade como processo dinâmico e histórico. Para Vigotski (2022), a identidade se constitui pela apropriação ativa de signos e significados culturais. Ao interagir com o outro, a criança aprende não apenas a nomear o mundo, mas também a reconhecer-se nele, construindo uma imagem de si mediada pela linguagem e pelas experiências sociais. Nesse mesmo sentido, Smolka (2000) destaca que “as

palavras dos outros nos constituem”, indicando que a identidade é, antes de tudo, um fenômeno discursivo e relacional.

A Teoria Histórico-Cultural, portanto, concebe o sujeito como ser histórico, social e culturalmente situado, cujo desenvolvimento depende das condições concretas de existência. As experiências vividas na infância, especialmente as mediadas por interações significativas, não se esgotam no passado, mas permanecem ativas na estrutura da consciência. Essa compreensão, conforme argumentam Silva e Freitas (2024), evidencia que o meio não é apenas cenário do desenvolvimento, mas seu princípio constitutivo, pois o homem se forma ao transformar a realidade e a si mesmo em um processo de mediação contínua.

Em síntese, o referencial teórico que sustenta este estudo reafirma que o desenvolvimento humano é histórico, social e mediado. O sujeito é produto e produtor da cultura, e a infância representa o momento privilegiado dessa construção, quando as interações com o outro possibilitam a internalização dos signos culturais e a formação da consciência de si. Assim, compreender as vivências infantis à luz da Teoria Histórico-Cultural significa reconhecer nelas o fundamento do processo de humanização, no qual a linguagem, a atividade e a mediação constituem as vias centrais da formação da identidade.

Os fundamentos teóricos aqui discutidos constituem a base conceitual que orienta a análise desenvolvida nas seções seguintes. A partir da compreensão da infância como categoria histórico-cultural e da formação da identidade como processo mediado, torna-se possível interpretar as vivências infantis não apenas como experiências individuais, mas como expressões de um movimento histórico e social mais amplo. Assim, o referencial apresentado sustenta a leitura crítica das produções teóricas analisadas, permitindo evidenciar como o meio, a linguagem e a mediação simbólica participam da constituição da subjetividade e do desenvolvimento humano.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo demonstrou que as vivências infantis desempenham papel estruturante na constituição da identidade, conforme os fundamentos da Teoria Histórico-Cultural. Evidenciou-se que o desenvolvimento humano não é um processo linear, espontâneo ou determinado exclusivamente por fatores biológicos, mas uma construção histórica, social e simbólica, realizada no movimento dialético entre sujeito e meio. A infância, nesse contexto, constitui o primeiro e mais decisivo espaço de apropriação dos signos culturais, por meio dos quais a criança passa a organizar suas percepções, emoções, sentimentos, pensamentos e modos de agir no mundo.

A partir das contribuições de Vigotski (2022; 2007), Leontiev (2004) e Luria (1986), foi possível compreender que a linguagem desempenha papel central na formação da consciência, pois media as relações sociais e possibilita a internalização dos significados culturalmente elaborados. As relações estabelecidas na infância, especialmente aquelas permeadas por diálogo, afeto, cooperação e reconhecimento simbólico, constituem o alicerce das funções psicológicas superiores e permanecem vivas na estrutura da subjetividade ao longo da vida adulta. Assim, a maneira como a criança é vista, nomeada, escutada e inserida em práticas sociais concretas repercute diretamente na formação de seu autoconceito, de sua consciência de si e das formas pelas quais aprende a se relacionar com o outro e com a realidade.

Os resultados deste estudo também evidenciaram que contextos sociais ricos em mediação simbólica, participação ativa e trocas dialógicas favorecem a construção de identidades mais autônomas, reflexivas e integradas. Tais ambientes potencializam a ZDP, possibilitando que a criança avance em direção a formas mais complexas de pensamento e apropriação cultural. Em contrapartida, experiências marcadas por negligência emocional, silenciamento, violência simbólica ou ausência de interação qualitativa podem cristalizar modos de funcionamento psíquico limitadores, dificultando a elaboração dos afetos, o estabelecimento de vínculos e a construção de uma identidade fortalecida.

Além disso, o estudo revela que as marcas da infância não permanecem como elementos estáticos ou determinados, mas são continuamente reelaboradas à medida que o sujeito estabelece novas relações sociais e vivencia novos processos de mediação. A subjetividade, portanto, é um processo dinâmico e histórico, que se transforma por meio da atividade humana. Isso reforça a compreensão de que, embora a infância exerça influência profunda na constituição do sujeito, ela não define de forma absoluta seus caminhos futuros; pelo contrário, abre possibilidades de resignificação e desenvolvimento, sobretudo quando o indivíduo tem acesso a ambientes culturalmente ricos e mediadores.

Nesse sentido, compreender as marcas da infância e sua influência na constituição da identidade oferece contribuições relevantes para práticas educativas, clínicas e sociais. Ao reconhecer que dificuldades emocionais, cognitivas ou relacionais do adulto podem estar vinculadas a experiências infantis não simbolizadas ou mediadas inadequadamente, amplia-se a possibilidade de intervenção sensível, ética e humanizadora. Psicólogos, educadores e demais profissionais das áreas humanas podem, assim, desenvolver práticas que valorizem o sujeito em sua historicidade, promovendo espaços de diálogo, escuta e participação que favoreçam processos de reconstrução subjetiva e emancipação humana.

Evidencia-se, portanto, que a infância não é apenas uma etapa cronológica do desenvolvimento, mas o fundamento do processo de humanização. Investigar suas marcas significa compreender a constituição do sujeito em sua relação com a cultura, com os outros e consigo mesmo. Conforme argumentam Silva e Freitas (2024), a subjetividade se forma na e pela linguagem, sendo permanentemente atravessada pelas significações que o sujeito internaliza em sua trajetória. Assim, ao iluminar a complexa articulação entre vivências infantis, mediação simbólica e formação da identidade, este estudo contribui para uma leitura ampliada do desenvolvimento humano e reforça a importância de práticas que promovam a subjetividade, saúde mental, autonomia e dignidade.

REFERÊNCIAS

BRONFENBRENNER, Urie. **Bioecologia do desenvolvimento humano: tornando os seres humanos mais humanos**. Porto Alegre: Artmed, 2011.
Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pe/a/JsnCK5RrFgJtPTG9gCKtRKh>. Acesso em: 13 out. 2025.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 67. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

KRAMER, Sonia. **A infância e sua singularidade: um estudo histórico e cultural**. São Paulo: Ática, 2003.

LEONTIEV, Alexei Nikolaevitch. **O desenvolvimento do psiquismo**. São Paulo: Centauro, 2004.

LURIA, Alexander Romanovich. **A linguagem e o desenvolvimento do intelecto na criança**. São Paulo: Ícone, 1986.

OLIVEIRA, Marta Kohl de. **Vygotsky: aprendizado e desenvolvimento — um processo sócio-histórico**. 9. ed. São Paulo: Scipione, 2021.

REGO, Teresa Cristina. **Vygotsky: uma perspectiva histórico-cultural da educação**. Petrópolis: Vozes, 2012.

SILVA, Douglas Gomes da; FREITAS, Raquel A. Marra da Madeira. A construção do pensamento e da linguagem: análise do filme Enigma de Kaspar Hauser numa perspectiva vigotskyana. **RCE – Revista Científica Eletrônica**, v. 9, e24067, 2024. ISSN 2526-4257.

SMOLKA, Ana Luiza Bustamante. **A criança na fase inicial da escrita: a perspectiva histórico-cultural**. Campinas: Papirus, 2000.

TULESKI, Silvana Calvo. Vygotsky e o materialismo histórico-dialético: o método e o objeto de investigação em psicologia. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 9, n. 3, p. 459–467, 2004.

VIGOTSKI, Lev Semenovitch. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. 9. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2022.

VGOTSKY, Lev Semenovitch. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.